



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8035, de 2010, do Poder Executivo, que "aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências".

EMENDA MODIFICATIVA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI Nº 8.035/10

(dos Srs Rogério Marinho, Eduardo Barbosa, Nelson Marchezan Júnior,
Professora Dorinha Seabra Rezende, Izalci e Lelo Coimbra)

Modifique-se a Meta 20, do Anexo ao Substitutivo, e dê-se a seguinte redação ao Projeto de Lei nº 8035/10.

Meta 20: Ampliar o **investimento público** em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de **dez por cento** do Produto Interno Bruto do País, ao final do decênio.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil, com o marco do Plano Real, vem apresentando crescimento com estabilidade, cenário este que propicia o elemento necessário para darmos conta do atraso educacional vivido no País.

A questão da modificação de “investimento público” em educação para “investimento público total” pelo relator, implicou na inclusão de mais despesas, não investimentos em sua soma. Portanto, visamos resgatar a proposta do texto original.

A meta de investimento público em educação, de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) até o final da década, constante no Plano Nacional de Educação (PNE), mostra-se insuficiente para progressão de uma década, pois não temos sistemas de educação pública consolidados, em nenhum nível de ensino, nos aspectos qualitativos e quantitativos.

A Presidente Dilma, já estabeleceu em seu plano de governo a meta de 7% do PIB em educação até 2014, portanto avançarmos mais 3% até 2020, atingindo o patamar de mínimo de 10% é viável e necessário.

Neste cenário, podemos contar com a contribuição do Fundo Social do Pré-Sal, criado pela Lei nº 12.351 de 2010, que constitui fonte de recursos para o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas educação.

Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda, em 2010, o Brasil aplicou 5,6% do produto interno bruto (PIB) em políticas públicas educacionais.

Aspecto de suma importância a ser observado, da aplicação dos 5,6% em educação, o Governo Federal contribuiu neste contexto, **somente** com 1,48%, os Governos Estaduais com 2,05% e os Governos Municipais com 2,07%, ou seja, é necessário e urgente ampliar a participação da União nas políticas públicas educacionais.

O País apresenta a necessidade de melhoramentos em todos os níveis de ensino: educação básica (infantil, fundamental e médio), educação profissional e de jovens e adultos, educação especial e superior.

Outro aspecto fundamental é a formação e valorização do magistério, principalmente buscando a equiparação salarial com demais profissionais com escolaridade equivalente.

A educação profissional técnica de nível médio e superior, em especial, mostra-se com um gargalo ao desenvolvimento do País.

Nesse sentido, é condição ampliar o investimento em educação para o Brasil avançar em seu desenvolvimento econômico e social.

Sala das Comissões de dezembro de 2011.

Deputado Rogério Marinho

Deputado Eduardo Barbosa

Deputado Nelson Marchezan Júnior

Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Izalci

Deputado Lelo Coimbra